



Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Educação

Darlene Almada Oliveira Soares

**Os desafios das políticas públicas brasileiras para a
educação a distância**

Salvador

2007

Darlene Almada Oliveira Soares

**Os desafios das políticas públicas brasileiras para a
educação a distância**

**Monografia apresentada como
requisito parcial para
obtenção de grau do curso de
pedagogia.**

Salvador

2007

Resumo

Significativas transformações estão acontecendo em todos os setores da sociedade sendo ao mesmo tempo causa e conseqüência do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Na educação não é diferente, pois elas acentuam as possibilidades de desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e tornam a educação continuada e permanente uma necessidade crescente. Nesse contexto a educação a distância ganha grande impulso devido a possibilidade de rompimento de barreiras de tempo e espaço. No presente trabalho é proposta uma análise das políticas públicas brasileira que permeiam a educação a distância com a finalidade de expor os principais desafios vivenciados, assim como sugerir possibilidades de transformação dessa realidade. O trabalho foi realizado a partir da análise e reflexão de literatura específica e evidenciou a necessidade de articulação política entre as diversas áreas do conhecimentos, assim como a necessidade de superação da visão reducionista dada as tecnologias da informação e comunicação.

Palavras-Chave:

Educação a distância; Políticas públicas brasileiras; Tecnologias da informação e comunicação.

Agradecimentos

À Deus que é minha força propulsora em todos os momentos e particularmente por ter me iluminado no momento da escolha do curso.

Aos meus pais, em especial minha mãe Maria, que mesmo não sabendo exatamente o que eu pesquisava me apoiou incondicionalmente.

Aos meus mestres, em especial Nelson, Bonilla, Iracy Picanço e aos membros do grupo de pesquisa GEC que me ensinaram que para andar é preciso dar um passo de cada vez, mas que também podemos correr.

Às minhas sobrinhas Rafaele e Marcele que tornam meus dias mais felizes, mesmo as vezes elas os tornando enlouquecedores.

Às minhas amigas de estudo e trabalho Sule, Dart, Adriana e Adriane que me ajudaram a comprovar que ambas as coisas podem ser feitas com prazer e diversão.

Aos meus familiares e amigos que de forma presencial ou a distância sempre estiveram presentes. Claudiane, Darcilene, Dyjan, Fábio, Luiz, Samuel e Tiago.

Aos meus amigos e companheiros de noites em claro fazendo farra. Aqui é impossível citar todos, mas privilegiarei Fernanda, Rodrigo, Fabrício e Moisés.

Às minhas amigas Érica, Luzia e Eliane que participaram desde o início do meu caminhar ajudando-me a superar alguns desafios.

Ao meu leal e fiel companheiro que não me deixou sozinha em nenhum instante, meu computador.

A mim, por ter persistido e abdicado, quando necessário, de coisas que gosto para tornar esse momento possível.

A estrela mente
o mar sofisma.
De fato, o homem está preso à vida
e precisa viver
o homem tem fome e precisa comer
o homem tem filhos
e precisa criá-los
Há muitas armadilhas no mundo
e é preciso quebrá-las.

Ferreira Gullar

Sumário

Introdução	07
EAD: percurso e indicadores políticos	12
O percurso brasileiro	12
Regulamentação e indicadores políticos	18
Educação a distância: pontos de vista	22
O ontem e o hoje: Aprendendo com a história?	23
Tecnologias: possibilidades e dificuldades	33
Necessidades e pressupostos políticos	36
Considerações finais	39
Bibliografia	42
Apêndice	
Gráfico 1	46
Gráfico 2	46
Gráfico 3	47
Gráfico 4	47
Gráfico 5	48

Introdução

Transformações significativas com grande velocidade e difícil dimensionamento que afetaram e afetam diferentes dimensões da sociedade estão ocorrendo em todas os setores do conhecimento. Estas transformações foram, ao mesmo tempo, causa e consequência do surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que, cada vez mais, estão incorporadas em nosso cotidiano.

A utilização das TIC vem crescendo em todas as áreas e ramos da sociedade, fazendo emergir mudanças no nosso ritmo e estilo de vida, transformando, assim, nossas vidas nos mais diferentes âmbitos. No sistema educacional não é diferente, pois, elas acentuam as possibilidades de desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e tornam a educação continuada e permanente uma necessidade crescente, devido as transformações em alta velocidade dos conhecimentos e conseqüentemente da sociedade.

O espaço e o tempo se reduzem cada vez mais, não se constituindo em fatores limitantes para alunos e professores, viabilizando a expansão de uma modalidade de educação, que segundo a wikipédia, se caracteriza como "processo de ensino-aprendizagem onde professores e estudantes estão separados espacial e/ou temporalmente, mas que podem estar conectados e/ou interligados por tecnologias", a educação a distância (WIKIPÉDIA, 2007).

A educação a distância ganha especial impulso com o desenvolvimento da rede mundial de computadores, a internet, ocorrida durante a década de 90, e passa a ser, pela primeira vez, contemplada, formalmente, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394/96 no título VIII, artigo 80, que determina: "O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a

distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada".

Paralelo a isso, o Brasil vem seguindo os fundamentos políticos do Fundo Monetário Internacional, FMI, e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD, órgão do Banco Mundial, para os países da América Latina que abrangem todos os setores, inclusive o educacional. As estratégias propostas pelo Banco Mundial contempla a diminuição de custos, cobrança de taxas para os níveis mais altos de ensino, avaliação externa, a descentralização administrativa, mais treinamento para os professores e menos formação *stricto sensu*, privilegiando a formação rápida e barata como critério de eficiência (ANDRIOLI, 2007).

A partir dessas estratégias, é possível perceber uma reestruturação capitalista na qual o contexto escolar está inserido em uma realidade econômica neoliberal para adequar-se ao mercado. Situação que vem se proliferando desde a abertura do mercado promovida principalmente no governo de Fernando Collor de Melo (1990/1991), materializando-se nos anos 90 com o governo de Fernando Henrique Cardoso, e que vem se perpetuando no governo Lula (2002) por meio de parceria público-privada, entre outras.

Ao perceber estas transformações no paradigma educacional surgem algumas indagações, uma delas é: como a educação, em especial a educação a distância, pode superar essa visão mercadológica? Os desafios postos para a educação estão cada vez mais sendo evidenciados e discutidos, e a educação a distância não foge a essa regra. Vários trabalhos formam um vasto acervo analisando essa modalidade de ensino, expondo suas opiniões e posições, vantagens e desvantagens na sociedade contemporânea, mas o momento exige uma reflexão menos linear acerca da questão estrutural e esta reflexão deve perpassar, necessariamente, pelas políticas públicas

brasileiras.

No presente estudo é proposto a análise das políticas públicas que permeiam a educação a distância com a finalidade de expor os principais desafios vivenciados contemporaneamente, assim como sugerir possibilidades de transformação dessa realidade. Ao longo deste trabalho serão trazidos diversos autores que auxiliaram na reflexão, como por exemplo José Manuel Moran, Maria Helena Silveira Bonilla, Nelson De Luca Pretto, Pierre Lévy, entre outros, que vêm retratando os limites e desafios vivenciados na sociedade da informação.

O tema deste trabalho foi escolhido durante a realização da pesquisa de iniciação científica sobre as “Políticas Públicas Brasileira em Educação e Tecnologia da Informação e Comunicação”, financiada pelo CNPq e orientada pelo professor Nelson De Luca Pretto. Durante a mesma foram feitas diversas leituras, que desencadearam uma angústia acerca do tema surgindo, então, a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o assunto e que permitisse o aproveitamento da aprendizagem proporcionada pela pesquisa.

Juntamente a isso, outro importante incentivo para o desenvolvimento deste trabalho foi a vivência no Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia, GEC, que enriqueceu todo o processo com discussões sobre essa problemática, possibilitando, também, o intercâmbio de conhecimento com diversos autores, por meio de discussões e participação em eventos.

Na presente pesquisa foram realizados procedimentos analíticos e reflexivos de bibliografias impressas e eletrônicas e da legislação da educação a distância. Para subsidiar o desenvolvimento do estudo foram realizadas visitas periódicas aos sítios oficiais do objeto de pesquisa que potencializaram a identificação da legislação e das

políticas públicas necessárias para análise. A interpretação e análise dos dados deu-se no decorrer da pesquisa.

No primeiro capítulo, EAD: percurso e indicadores políticos, é proposto uma perspectiva histórica do desenvolvimento da educação a distância no Brasil, apontando os principais programas da época e os aspectos políticos e legislativos no decorrer dos anos abrangendo o seu aspecto cronológico, sem a pretensão de esgotá-la buscando situar o objeto de pesquisa e sua posição conceitual como pano de fundo para as discussões que se sucedem.

Após essa retrospectiva, no capítulo Educação a distância: pontos de vista, são realizadas considerações e análises desse processo histórico, contextualizando a educação a distância na contemporaneidade, questionando o que mudou ao longo dos anos e refletindo sobre as atuais dificuldades políticas encontradas que limitam o oferecimento de uma educação a distância de qualidade.

Partindo do pressuposto da necessidade de acesso e da utilização das tecnologias da informação e comunicação para potencializar a qualidade da educação a distância é trazida uma reflexão no terceiro capítulo, Tecnologias: possibilidades e dificuldades, sobre a utilização dessas tecnologias, como elas são concebidas e a exclusão digital como uma das dificuldades para esta modalidade de ensino, trazendo dados estatísticos educacionais e de exclusão digital para corroborar com a reflexão.

No último capítulo são trazidas considerações que não pretendem fechar as discussões acerca das políticas públicas, mas fomentar ainda mais essa discussão abordando incongruências e dificuldades, assim como algumas sugestões para enriquecer o processo político dessa modalidade.

Para se alcançar os objetivos deste trabalho foram realizados levantamentos de

subsídios teóricos necessários ao embasamento mediante a revisão de literatura específica, muitas dessas literatura fazem parte do banco de dados constituído para a pesquisa acima mencionada. Depois foram realizadas as leituras e análises do material coletado. E apor fim a escrita do trabalho propriamente dito, embora nessa etapa foram necessários retornos às etapas anteriores.

EAD: percurso e indicadores políticos

Contemporaneamente a necessidade de uma educação de qualidade e continuada se acentua no mundo, com tantas demandas trazidas pela chamada globalização que desafia os sistemas educacionais existentes. Nesse cenário a educação a distância, EAD, vem adquirindo cada vez mais espaço na sociedade, abrangendo um número crescente de sujeitos e galgando o reconhecimento como uma modalidade de educação apropriada para a concretização de metas de políticas públicas, por ser apontada como um dos caminhos para a democratização da educação, em especial, nos países como o Brasil onde há grande dispersão geográfica dos alunos.

Além disso, a falta de oferta de determinados níveis ou cursos em algumas regiões evidenciam-se como motivo para o amplo processo de expansão dessa modalidade de ensino que cada vez mais é usada, principalmente, nas instituições públicas e privadas de Ensino Superior. Outro fator que contribuiu para a expansão da EAD foi o notável desenvolvimento tecnológico vivenciado nas últimas décadas do século passado, corroborado pela expansão da rede mundial de computadores, a internet. Inegavelmente essa modalidade de ensino vem sendo progressivamente configurada a medida que as tecnologias fortalecem o seu desenvolvimento e que proporcionam maior flexibilidade e o rompimento da barreira de tempo e espaço.

O Percurso Brasileiro

A educação a distância, apesar dos crescentes número de trabalhos recentes acerca do assunto, não é uma modalidade de ensino nova, pois suas origens encontram-se no intercâmbio de mensagens escritas, desde a antigüidade, segundo Saraiva (1996), inicialmente na Grécia e depois em Roma, onde existia uma rede de comunicação

possibilitada pelo desenvolvimento significativo da correspondência, porém o primeiro marco, segundo esse mesmo autor, foi o anúncio publicado pelo professor de taquigrafia Cauleb Phillips no dia 20 de março de 1728, na *Gazeta de Boston*: “Toda pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston” (SARAIVA, 1996, pag. 18).

No Brasil, com Edgard Roquete Pinto juntamente com a Academia Brasileira de Ciência, temos uma das experiências pioneiras quando da instalação da primeira estação de rádio brasileira. A Rádio Sociedade no Rio de Janeiro, hoje rádio MEC, inaugurada em 20 de abril de 1923, tinha como um dos objetivos centrais promover a educação pelo rádio. Os alunos tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas e utilizavam a correspondência para contato.

A partir daí o rádio foi se consolidando como referência para a educação a distância por meio de experiências que surgiram em vários lugares do Brasil como o Sistema Rádio-educativo Nacional (Irena), criado em 1957. Nesse contexto de consolidação do Sistema Rádio-educativo, teve destaque o Movimento de Educação de Base (MEB) surgido em 1960 com iniciativas de educação popular, voltada, também, para o atendimento à população adulta, idealizado pela Igreja Católica e patrocinado pelo Governo Federal.

Segundo Barreto,

Em 1964, a ação do MEB já atingia 14 estados. Vinte e cinco emissoras transmitiam os programas de educação de base, inclusive as chamadas aulas radiofônicas. Essas transmissões tinham grande penetração na área rural. Em 1965, último ano de existência do MEB, tinha-se um total de 4.522 escolas radiofônicas (de recepções organizadas) (BARRETO, 2006).

Esse programa espalhou-se pelo país abrangendo a população rural e urbana. Em 1961 foi integrado à política educacional oficial sendo desarticulado em 1965 após o golpe militar de 1964. As escolas radiofônicas desse programa são utilizadas posteriormente

pelo Projeto Minerva, 1970, voltado para a formação geral e transmitido pela Rádio MEC.

Devido ao golpe militar a educação brasileira, como todo os setores da sociedade brasileira, sofreu modificações na sua estrutura e forma de funcionamento, muito educadores passaram a ser perseguidos em função de posicionamentos ideológicos divergentes do governo vigente. Aliado a isso, as censuras dos meios de comunicação serviram como estratégia de controle da nova ordem política que se instaurava para possibilitar condições de legitimar a mentalidade requerida pelo regime político, tentando, assim, consolidar a funcionalidade do sistema.

O projeto Minerva foi resultado de um acordo feito entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Educação. A produção dos textos, dos materiais de ensino e programas foi realizada pelos convênios firmados entre a Fundação Padre Anchieta (SP) e a Fundação Padre Landell de Moura (RS). O projeto oferecia cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial com ênfase na educação de jovens e adultos e contou com a participação de várias instâncias governamentais, para o acompanhamento do mesmo, como por exemplo a Coordenação do Serviço de Radiodifusão Educativa (SER) do então Ministério da Educação e Cultura, que coordenou a execução e todas as atividades.

O Minerva sofreu várias críticas tanto em questão organizacional, que iam desde o descumprimento das horas destinadas a programação, a insuficiência de equipes regionais para as demandas dos alunos, até a questão pedagógica, sendo abordado o problema do currículo extremamente simplificados, o índice de reprovação e a falta de adaptação dos conteúdos para as diferentes regiões do país, problemas que persistem até os dias atuais nos mais diferentes projetos. Segundo Alonso (2007, pag. 57) nesse programa “em torno de 300.000 pessoas tiveram acesso às emissões radioeducativas.

Destes, 60.000 solicitaram o exame de Madureza, no entanto, somente 33% deles foram aprovados”. Apesar dessas críticas o projeto se estendeu até o início dos anos 80. O Estado da Bahia que já possuía a prática da formação a distância e comunitária desenvolvida antes mesmo do Movimento de Educação de Base se negou a participar do projeto Minerva apresentando como justificativa a concepção centralizadora tanto da organização dos conteúdos, quanto dos cursos propostos no projeto e apresentou uma iniciativa própria, o projeto IRDEB. Esse projeto foi criado em 1969 e se estendeu até o ano de 1977 tendo sua programação voltada para a educação básica, secundária e formação de professores. O projeto foi coordenado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e utilizava o rádio, a TV, o correio e materiais escritos, para a transmissão e efetivação da sua programação que pretendia ser informativa, recreativa, cultural e educacional.

Faz-se observar que a partir da década de 60 a história da educação a distância começa a ser marcada pela implantação das TV educativas sendo do Ministério da Educação, 1964, o pioneirismo ao solicitar e conseguir do Conselho Nacional de Telecomunicação “a reserva de quarenta e oito canais de VHF e cinquenta de UHF, exclusivamente para TV educativa” (BARRETO, 2006). Várias instituições são criadas nessa década como a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa da Fundação Roquete-Pinto, 1967, atrelada ao Fundo de financiamento de televisão educativa, a Funtevê, originada um ano antes pelo Conselho Nacional de Telecomunicações; a Fundação Padre Landell de Moura, no Rio Grande do Sul (1967); a Fundação Padre Anchieta, em São Paulo em 1967; e o Instituto de Administração Municipal (Ibam), no Rio de Janeiro em 1967.

Em 1967 foi concebido e operacionalizado, em caráter experimental, o Projeto Saci, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) do CNPq, em São José dos

Campos, no estado de São Paulo. Esse projeto é um dos exemplos que utilizava tanto rádio como TV para suas aulas e propunha uma rede educacional nacional via satélite. Sua experiência piloto foi desenvolvida no Rio Grande do Norte, com um curso supletivo de primeiro grau para professores leigos, e uma complementação de 15 minutos diários para as séries iniciais regulares do primeiro grau no formato de telenovela.

Utilizando, também, a TV e o rádio a Fundação Roberto Marinho (FRM / TV Globo) iniciou na década de 70 um programa de educação supletiva a distância, para o primeiro e segundo graus, atuais ensino fundamental e médio. Essa Fundação é um dos exemplo das que atuam até o presente momento com projetos de ensino fundamental e médio como por exemplo o telecurso 2000 criado em 1995 juntamente com a Fiesp e que é transmitido pelo Canal Futura, TV Globo, TVE, TV Cultura, Rede Vida, e Rede Minas, podendo, também, ser assistido em telessalas que são implantadas em escolas. Essa fundação ainda tem projetos atuantes no campo de formação de professores, cultura e ecologia.

Em 1973 surge o projeto LOGOS uma iniciativa do Governo Federal voltado para o aperfeiçoamento de professores leigos e para isso teve à sua disposição recursos financeiros substanciais, pois segundo Alonso (2007, pag. 60) “o objetivo do MEC era o de transformar, a curto prazo, o perfil do sistema educacional nas regiões menos desenvolvidas do país e, o de explorar novas 'vias' na qualificação dos denominados professores 'leigos’”. Na fase de expansão desse programa ele atendeu a 50.000 alunos. Ainda segundo Alonso (pag. 62), “Houve uma série de outros programas destinados a atualização e aperfeiçoamento de professores, mas nenhum deles tinha como objetivo a formação ou a qualificação dos mesmos”.

Instituições ainda atuantes marcaram a história da educação a distância no Brasil destacando-se: A Petrobrás juntamente com outras empresas com o Projeto Acesso

(1975); o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) junto com o Serviço Social do Comércio (Sesc) e com a colaboração de emissoras associadas com o Universidade do ar (1947); a Fundação Roquete Pinto com o Programa Um salto para o Futuro (1991); o SEED/MEC, Secretaria de Educação a Distância/Ministério da Educação e Cultura com o Programa TV Escola (1995).

A proposição de ensino superior a distância surge apenas em 1972, pelo Ministério da Educação. Essa proposta foi apresentada a partir do relatório que defendia a criação de uma universidade aberta feito pelo conselheiro Newton Sucupira, do Conselho Federal de Educação, após um estudo realizado na Inglaterra com o intuito de conhecer o modelo universitário, projetado pela Open University.

A partir daí, são criados vários projetos de lei, propondo a criação de uma universidade aberta brasileira que são arquivados após tramitar no Congresso Nacional. Segundo Barreto (2007) “apesar desses insucessos, no nível da legislação, algumas iniciativas concretas de ensino superior a distância surgem na década de 1980, dentre as quais destacam-se: o programa de ensino a distância da Universidade de Brasília...” que começou sua experiência em EAD no ano de 1979 oferecendo mais de 20 cursos de extensão, seis dos quais traduzidos da Open University. Mais tarde, em 1985 o programa da UNB transformou-se na Coordenadoria de Educação a Distância, sendo posteriormente (1989) transformado em Centro de Educação Aberta Continuada a Distância (Cead), que em 1992 produziu a primeira experiência em software.

O Cead juntamente com algumas universidades públicas, também desencadeou várias ações que o destacou, como o lançamento da Rede Brasileira de Educação Superior a Distância em 1989; a criação do Fórum de Educação a Distância do Distrito Federal, 1994, em parceria com a Unesco e o Instituto Nacional de Educação a Distância (Ined), e nesse mesmo ano, ainda com o Ined, lançou a revista *Educação a Distância – INED*.

Em 1995, organizou a 1ª Conferência Interamericana de Educação a Distância (Cread), no Distrito Federal.

No decorrer do processo histórico da EAD as diferentes ações e políticas implantadas, especialmente as das décadas de 60 e 70, marcaram e ajudaram a delinear a consolidação dessa modalidade. Esse processo histórico, como pudemos notar, foi todo intimamente ligado às tecnologias que eram utilizadas em cada época, auxiliando na delimitação da temporalidade de cada meio que era incorporado a essa modalidade de educação e fomentando o avanço e desenvolvimento dessas tecnologias mostrando uma sinergia entre o tecnológico e o social.

Regulamentação e indicadores políticos

A regulamentação política da educação a distância no Brasil surge de forma tardia se comparado com o seu aparecimento. Sendo, do ponto de vista legal, consolidado apenas em 1996, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que pela primeira vez normatiza a EAD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) e com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998). Em 3 de abril de 2001, a Resolução n.º 1, do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as normas para a Pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Em 1970 a regulamentação de 5 horas semanais de uso gratuito do rádio para programas educativos, pelos Ministério das Comunicações e da Educação e Cultura, oportunizou o surgimento e propagação de vários projetos. Diversas tentativas de organizar a situação da EAD surgiram, como criação, em 1972, do Programa Nacional

de Telecomunicações (Prontel), ligado diretamente à Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, que tinha como finalidade coordenar experiências e formular uma política nacional para o setor. Para atingir suas finalidades o Prontel elaborou o Plano Nacional de Tecnologias Educacionais, apresentando-o logo no ano seguinte. Segundo Barreto, esse plano

se constituiu num instrumento de coordenação, integração e desenvolvimento de tecnologias educacionais, relacionadas com os meios ou sistemas de comunicação, a saber: rádio, televisão, cinema, computador, ensino por correspondência e outros meios utilizados para todos os tipos, graus e áreas de ensino (BARRETO, 1996).

Em março de 1978 foi realizado, em Nova Friburgo/RJ, o I Encontro Nacional de Dirigentes e Assessores de TV Educativa, por iniciativa do PRONTEL e da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – FCBTVE (TVE do Rio de Janeiro) na tentativa de criar um Sistema Nacional que atendesse as carências educacionais e a operacionalização de uma rede de transmissão de programas de caráter educativo mediante a atuação integrada das emissoras de TV educativas, mas não obteve êxito. O PRONTEL foi extinto em novembro de 1979, e substituído pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas – SEAT, que, no mesmo ano, após uma reunião com todas as emissoras de TVE criou o Sistema Nacional de Televisão Educativa – SINTED.

O SINTED só recebeu respaldo legal em 1982, com a Portaria MEC/MINICOM nº 162, tendo no ano seguinte passado a denominar-se Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED, por incorporar as emissoras de rádio educativa, sendo, então, regulamentado pela Portaria MEC nº 344.

A partir das mudanças ocorridas nos processos produtivos a EAD passa, cada vez mais, a ser vista como a solução para as necessidades de formação, em especial a formação de professores e dos trabalhadores prevalecendo a produtividade econômica e revelando uma lógica de mercado que se impõe a essa modalidade. Segundo Preti

(1996, pag. 17) a “EAD passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas”.

Assim, no final da década de oitenta novas iniciativas são desencadeadas pelo Ministério da Educação que cria a Coordenadoria de Educação a Distância no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), que tinha como principal objetivo fomentar estudos, pesquisas e programas na área e constituiu um grupo de trabalho, por meio da Portaria n.º 511, de 27 de setembro de 1988. Logo no início do ano seguinte, o grupo de trabalho apresentou ao ministério uma Proposta de Política Nacional de Educação a Distância.

Em 1989, por meio da Portaria Ministerial n.º. 117/89, criou-se, no Ministério da Educação, um grupo de assessoramento para apresentar propostas que possibilitassem o encaminhamento de ações capazes de viabilizar a implantação da educação a distância nos três graus de ensino. Sendo em 16 de dezembro de 1990, encaminhado para o Congresso Nacional o projeto de lei n.º. 4.592 do Ministério da Educação que dispõe sobre a Universidade Aberta do Brasil e dá outras providências.

Em 1993, as primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD são realizadas através do Ministério da Educação para a criação do o Sistema Nacional de Educação a Distância (SINEAD), através do Decreto n.º. 1.237, de 06/09/94, objetivando “catalisar, potencializar, ampliar e articular as iniciativas fragmentadas já existentes na área” (CHAVES, 1999). Para a criação desse Sistema, foi assinado um protocolo de cooperação (nº 003/93) entre o MEC e o Ministério das Comunicações sendo prevista, também, a participação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), do Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Assim como um Convênio

nº 006/93 - MEC/MC/ EMBRATEL, com a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Indústria e Comércio (MINC), CRUB, CONSED, UNDIME, para garantir a viabilização da EAD. Pouco tempo depois outro importante passo é dado, o Ministério da Educação/MEC para institucionalizar as ações e as políticas em EAD criou em 2005 a Secretaria de educação a distância/SEED, configurando sua existencialidade através do decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. A criação, pelo MEC, do Sistema Nacional de Educação a Distância, a Lei de Diretrizes e Bases de Educação (cujo capítulo 16 trata, especificamente, “da Educação a Distância e da Educação Continuada”), regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) e a SEED são expressões jurídicas que asseguram o avanço, no País, da educação a distância.

A Lei nº 9.394/96 oficializa a era normativa da educação a distância no Brasil pela primeira vez como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino e juntamente com o decreto nº. 5.622/05, regulamenta a implantação, oferta e avaliação dos cursos a distância dirigidos à educação fundamental de jovens e adultos, ensino médio, educação profissional de nível técnico, graduação e educação profissional em nível tecnológico. Ficando os cursos de mestrado, doutorado e especialização a serem disciplinada pelo Capítulo V do Decreto nº. 5.622/05 e pela Resolução nº 01, da Câmara de Ensino Superior-CES, do Conselho Nacional de Educação-CNE, em 3 de abril de 2001.

Educação a distância: pontos de vista

No contexto contemporâneo, empreender uma discussão acerca da educação a distância não é fácil, uma vez que são vários os aspectos que devem ser levados em considerações para se estabelecer um panorama do que é essa modalidade de ensino. Assim trazer uma definição do que é entendido por educação a distância torna-se essencial já começaremos com a definição da nomenclatura adotada.

Segundo Chaves (1999, pag. 2), "ensino a distância é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente (aquele a quem se ensina) estão separados (no tempo ou no espaço). Obviamente, para que possa haver EAD, mesmo nesse sentido fundamental, é necessário que ocorra a intervenção de alguma tecnologia". De acordo com Moran (2007) "Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente".

O que podemos notar é que a ênfase das definições variam de acordo com o autor estudado, mas trazem como elemento estruturante a utilização das tecnologias com enfoque na separação física dada entre os estudantes e os professores. A complexidade encontrada não se limita apenas na conceitualização do termo, pois abrange, também, a própria nomenclatura utilizada. Trazendo ao enfoque os dois autores citados para a definição é possível perceber que Chaves e Moran utilizam nomenclaturas diferentes, "ensino" e "educação", e ambas são amplamente empregadas.

Chaves (1999, pag. 2) justifica sua escolha afirmando que "o que pode ocorrer a distância é o ensino, não a educação ou a aprendizagem: estas ocorrem sempre dentro do indivíduo e, portanto, não podem ser 'remotizadas'. O ensino, entretanto, pode". E finaliza afirmando que "Educação a Distância ou Aprendizagem a Distância, são

expressões que, para mim, não fazem sentido".

Moran (2007) explica que "Na expressão 'ensino a distância' a ênfase é dada ao papel do professor (como alguém que ensina a distância)". E afirma que prefere "a palavra 'educação' que é mais abrangente, embora nenhuma das expressões seja perfeitamente adequada".

Assumido o pressuposto postulado por Moran, que nenhuma expressão é perfeitamente adequada, a definição aqui escolhida para essa modalidade de educação deveu-se principalmente ao enfoque político que pretende-se neste trabalho. Assim, assumiremos que a "Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos" conforme o Decreto que a regulamenta, nº 5.622 de 19/12/2005.

O ontem e o hoje: aprendendo com a história?

Contemporaneamente o mundo presencia uma grande demanda por educação inicial e continuada. Demanda essa que desafia o sistema educacional, tanto em termos numéricos quanto em termos geográficos, haja vista as características físicas/sociais/econômicas e a dimensão do país com mais de 8,5 mil Km². Os dados estatísticos de 2006 fornecido pela Pnad, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que revelam, para o total do País, uma taxa de analfabetismo de 10,5%, o que corresponde a 14,4 milhões de indivíduos.

Nesse cenário a EAD vai se consolidando, principalmente por se mostrar capaz de atender a um grande contingente populacional, superando as barreiras da dispersão

geográfica, oportunizando, assim, a formação, exigida pelo mercado, daqueles que não puderam iniciar ou concluir sua formação anteriormente além de propiciar formação continuada. Essas exigências são acentuadas pelos órgãos financeiros internacionais como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) os quais influenciam nas criações de políticas públicas, principalmente nos países em desenvolvimento como o Brasil (ALTMANN, 2002).

As estratégias destes organismos internacionais mostram por meio das ações implementadas, nas quais são evidenciadas o privilegiamento de formações rápidas e baratas, uma reestruturação capitalista na qual o contexto escolar está cada vez mais submetido às políticas neoliberais. A perspectiva é ampliar o processo de qualificação rápida e em serviço, limitando-a ao treinamento para realização mais eficaz das metas apressadas de escolarização básica, vendo a EAD como principal ferramenta. Segundo Lima e Hetkowski (2007)

Na educação também fica bem visível tal tendência ideológica, na medida em que as políticas educacionais consideram as questões básicas da educação, simplesmente questões técnicas derivadas da eficácia/ineficácia, eficiência/ineficiência na gestão e administração dos recursos materiais e humanos, gerando todo um processo de deslocamento da gestão com aparência de descentralização que na verdade descaracteriza a forma do sistema atual (LIMA E HETKOWSKI, 2007, pag. 2).

Nesse sentido as políticas públicas para educação a distância perpassam esse caráter neoliberal e as principais características destacadas são a difusão de conhecimento, na qual é privilegiada o maior número de aluno com o menor custo para a instituição. Essa visão de uma educação como puro processo de transmissão foi vivenciada no passado e limitou os projetos implementados. Ainda hoje esse modelo baseado na transmissão de conteúdo para a memorização, ou na distribuição de módulos fechados prevalece.

Percebemos no histórico da EAD que várias experiências, governamentais e privadas, que utilizaram essa característica conteudista obtiveram pouco êxito como é o caso do Projeto Minerva que segundo Alonso (2007), tinha alto índice de reprovação e falta de adaptação dos conteúdos para as diferentes regiões. Esses projetos de forma geral, ainda segundo esse autor, tinham na sua concepção características lineares e uniforme, *broadcast*, sem levar em consideração as necessidades locais. Sendo atribuído aos alunos o papel de realizar os exercícios necessários para o recebimento de novos módulos ou certificação.

Segundo Saraiva,

Mesmo quando se fala da educação institucionalizada, a prática tem demonstrado a impossibilidade de êxito de abordagens limitadas fora do contexto da prática social, da educação como puro processo de transmissão e ensino, da educação como aprendizagem de conteúdos sem relação com a apropriação transformadora da realidade (SARAIVA, 1996, pag. 17).

Assim percebemos a necessidade de levar em consideração os contextos sociais, a cultura, a forma de vida das pessoas que estão participando do processo, ou seja, partir do fortalecimento das culturas e dos valores locais para ampliar a vivência do mundo, para de fato haver construção de conhecimento. E essa construção de conhecimento não se faz de um para o outro, ou de um sobre o outro, mas de um com o outro (FREIRE E NOGUEIRA, 2005).

A prática da educação a distância, como também a presencial, além de precisar ultrapassar o enfoque apenas conteudista carece ampliar seus horizontes para as possibilidades que podem ser vivenciadas e construídas com as potencialidades das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Para isso, as TIC não podem ser vistas como meras ferramentas. Posto que essa perspectiva instrumental mostra-se insuficiente para os desafios vivenciados na educação, pois limitam as possibilidades de

transformações.

Com as TIC as possibilidades e também os desafios estão sendo ampliados para a educação e trazem como grande responsável por isso a internet. Antigamente a EAD contava apenas com meios impressos e recursos eletrônicos lineares, como cartas e vídeos, respectivamente, tendo a interação e o prolongamento das discussões entre professores e alunos, limitadas pelo tempo, pois a depender da localização dos estudantes e dos professores esses recursos poderiam demorar até semanas para chegarem ao destino desejado. Esse cenário começa a se modificar principalmente a partir da década de 90 com a implantação da rede de internet no país que proporciona tanto para a educação presencial como para a educação a distância enriquecimentos em potencial como a flexibilidade, interatividade, participação e colaboração. Nesse contexto, a visão meramente instrumental das TIC perde o sentido, pois não contemplam as potencialidades agregadas nelas, e assim evidencia um caráter estruturante, o do potencial de transformações a partir das possibilidades engendradas (PRETTO, 1999).

Porém mesmo com toda a potencialidade das TIC, percebemos na sua implantação nas escolas uma visão neoliberal, ditado pelos grandes órgãos econômicos internacionais, no qual essas tecnologias são vistas como meio complementar e operacional de educação pensada para servir aos imperativos econômicos, situação essa acentuada quando pensamos na EAD. Segundo Preti

O século XX encontrou na educação a distância/EAD uma alternativa, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e comunicação. A EAD passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas (PRETI, 1996, pag. 17).

Alguns avanços políticos marcam a história e a contemporaneidade da educação a

distância quebrando um pouco das amarras capitalistas. Antes relegada a ser uma atividade à parte do sistema educacional a EAD traz o marco de crescente valorização a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, quando passa a ser referenciada em diversos artigos sendo associada a todos os níveis e modalidades de ensino. Além disso, segundo Neves, a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEED), em dezembro de 1995, “elevou o *status* da área no âmbito do MEC e das políticas públicas” alavancando assim no processo político do Ministério da Educação (MEC).

Atualmente no portal do SEED encontra-se a definição de sua atuação como

um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras" (portal SEED).

O SEED desenvolve quinze diferentes ações políticas e programas. São eles:

O portal Domínio Público lançada em 2004 que disponibiliza um acervo literário, artístico e científico;

o DVD Escola criado em 2005 cujo objetivo é fortalecer as ações do TV escola distribuindo para as escolas aparelhos de DVD e uma caixa com 50 mídias DVD contendo programas produzida pela TV Escola;

o E-proinfo, um programa educacional que foca a introdução das TIC como ferramenta ao processo de ensino aprendizagem disponibilizando um ambiente virtual de aprendizagem;

o E-Tec Brasil que visa democratizar o acesso ao ensino técnico público utilizando a EAD, esse projeto abre editais com duas frentes, a primeira para a adequação de escolas de ensino básico e técnicas sediarem os cursos e a segunda para a submissão de projetos de cursos a serem ofertados na modalidade a distância. O primeiro edital

aberto para esse programa foi em 2007;

o Formação pela Escola, um programa de formação continuada, na modalidade a distância, aos que atuam ou que estão interessados em atuar nos programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Esse programa encontra-se na fase piloto estando restrito à participação de 6 estados: Ceará, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia;

o Mídias na Educação que teve sua versão piloto implantada em 2005, esse programa a distância tem estrutura modular e objetiva proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação, sendo constituído de 3 ciclos: o básico - de Extensão, o intermediário - de Aperfeiçoamento e o Avançado - de Especialização, em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior;

o Paped, desenvolvido em parceria com a CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), para apoiar projetos que visem o desenvolvimento da educação presencial e/ou a distância. O programa foi criado em 1997 e consiste no apoio, sob a forma de auxílio financeiro, à realização de dissertações e teses sobre temas que abordem à educação a distância, novas tecnologias e a produção de material didático;

o Proinfo, um programa criado em 9 de abril de 1997 cuja a atribuição principal é a de introduzir o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio;

o Proformação, um curso a distância de nível médio para a formação de professores em exercício sem formação específica que encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização, ou Educação de Jovens e Adultos - EJA, nas redes

públicas de ensino do país.

o Pró Letramento, um programa de formação continuada de professores para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental;

o Pró Licenciatura, um programa de formação inicial para professores em exercício que oferece cursos de licenciatura na modalidade a distância para professores sem habilitação nas disciplinas em que estejam exercendo a docência;

a Rádio Escola que desenvolve ações que utilizam a linguagem radiofônica para o aprimoramento pedagógico de comunidades escolares, o desenvolvimento de protagonismos cidadãos e o treinamento de grupos profissionais;

o Rived, Rede Interativa Virtual de Educação, que tem por objetivo a produção de conteúdos pedagógicos digitais, na forma de objetos de aprendizagem. Os conteúdos produzidos pelo RIVED são públicos e estão sendo, gradativamente, licenciados pelo Creative Commons¹;

a TV Escola, criado em 1996 é um canal de TV que visa capacitar, aperfeiçoar e atualizar educadores da rede pública com o proporcionamento de acesso ao canal, estimulando a utilização de seus programas e contribuindo para a melhoria da educação construída nas escolas.

a UAB, Universidade Aberta do Brasil, um sistema que tem como objetivo a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público no país. Os interessados nesse programa devem submeter projetos aos editais que têm duas frentes: uma para a constituição de pólos presenciais e outra para o oferecimento de cursos a distância. O primeiro edital aberto para a UAB foi em 2005.

Percebe-se nessas políticas e programas implementados uma preocupação com o

¹ - Creative Commons (CC) é um conjunto de licenças para todos os tipos de obras (textos, músicas, imagens, filmes e outros) que permite, de acordo com a escolha do autor da obra, a flexibilidade de direitos inerentes ao copyright. <http://creativecommons.org/>

compartilhamento de conhecimentos de diversos tipos de formatos de mídias, tais como sons, imagens, textos e vídeos. Esse compartilhamento do acervo acadêmico, literário e artístico é uma avanço em termos de democratização de bens culturais, porém essa disponibilização de obras ainda é muito aquém das reais necessidades do país que vive amarrado a patentes e propriedades intelectuais (PI) limitando o acesso a informação e conseqüentemente a construção do conhecimento. Um exemplo é a lei nº. 9.610 de 19/02/98 que regulamenta os direitos autorais e protege a obra durante 70 anos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente, mesmo após sua morte, restringindo, assim, o uso e a cultura de socialização. A este empecilho a sociedade vem desencadeando algumas ações através do movimento conhecido como cultura livre que criam sistemas alternativos como o “creative commons” - CC, que protegem o proprietário da obra e não a obra, pressionando assim o governo a rever e implementar políticas que de fato favoreçam a sociedade.

Outro ponto a ser abordado nessas políticas públicas brasileiras que fomentam a EAD e a utilização das TIC na educação é o que diz respeito a elaboração de programas e conteúdos didáticos e para-didáticos para posterior transmissão ou distribuição em formato digital, CD e DVD. Essa elaboração ainda encontra-se centralizada e focada prioritariamente nas capitais dos estados e traz na sua ênfase a distribuição em massa, como nos projetos que delinearão e marcaram a história da EAD no Brasil, estilo um-todos, que pouco abrange a diversidade cultural e especificidades encontradas no nosso país. Segundo Pretto,

É urgente incentivar experiências envolvendo, por exemplo, as Faculdades de Comunicação e Educação e os canais universitários, que fortalecidos, poderiam estar também produzindo para compor uma programação mais descentralizada e nacional da TV Escola com maior uso dessa produção pela sociedade em geral, escolas e Universidades (PRETTO, 2004).

Assim oportunizar experiências que proporcionem a intensificação da produção regionalizada além de favorecer a identificação e o fortalecimento cultural local traria no âmago a possibilidade de mudança de papéis dos envolvidos. Tanto escola como cidadãos envolvidos nesses processos sofreriam uma metamorfose saindo da posição passiva de meros espectadores e consumidores de informação para tornarem-se ativo na produção de conhecimentos e culturas. Essa produção sairia do enfoque um-todos para todos-todos, proporcionando uma formação cidadã ativa em que nenhuma cultura seria privilegiada em detrimento de outra, haja vista a possibilidade de todas estarem envolvidas e para isso mais uma vez políticas públicas de fortalecimento cultural e educacional são necessárias.

A formação de professores é um ponto positivo nas atuais políticas públicas brasileiras. Antes um pouco adormecida, agora são vistas com mais frequência. Segundo Barreto,

é inevitável constatar que, após um longo período de silêncio, as questões relacionadas à formação de professores estão postas no centro das políticas formuladas e em processo de formulação, quer em nível nacional - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), nos programas gestados e coordenados no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto -, quer em nível internacional, por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a UNESCO e, especialmente, o Banco Mundial. Talvez nunca se tenha falado tanto na formação de professores (BARRETO, 2003, pag. 11).

A formação de professores foi algo presente na EAD constituindo sua historicidade, porém seu foco sempre foi em capacitações aligeiradas e na atualidade isso é agravado pelas exigências dos organismos financeiros internacionais. Nos atuais investimentos de qualificação dos professores, podemos perceber uma preferência por capacitação em serviço o que corrobora que essa mudança política em investir mais na qualificação dos professores traz no seu âmago as exigências dos organismos internacionais visando colocar o sistema educacional em sintonia com as mudanças econômicas e sociais e ao

modelo de reestruturação produtiva que marca o neoliberalismo. Essa qualificação mantém a característica aligeirada não propiciando aos professores a compreensão do contexto contemporâneo nem a utilização plena dos recursos das TIC que estão cada vez mais são referenciadas nessas políticas de formação.

Tecnologias: possibilidades e dificuldades

Estamos numa época de intensa ebulição tecnológica, na qual esta incorporação acontece no cotidiano e juntamente com ele vivenciamos mudanças nos nossos hábitos, atitudes, modos de pensar... Podemos perceber isso pela velocidade com que tudo acontece e é divulgado, tudo vivencia uma velocidade frenética e nessa mesma velocidade se transforma ocasionando um eterno estado de mutação do ser, do conhecimento, da sociedade, das necessidades e das tecnologias. Isso é ao mesmo tempo causa e consequência do amplo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, fomentada, desde a década de 90, pela popularização da rede mundial de computadores – internet, que nos proporciona realizar atividades e/ou tarefas sem necessariamente ir a um lugar determinado.

Em meio a transformações em escala mundial em diversos setores como o cultural, o econômico e o social, na educação novas perspectivas e desafios surgem e velhos problemas são evidenciados diante das modificações engendradas e experimentadas na cibercultura. Com as descobertas e as transformações tecnológica a atual geração de alunos, denominada por Pretto (2007) como "geração alt+tab", cresceu, vivencia e aprende em ambientes ricos em multimídias como o rádio, a televisão, o vídeo game e agora com o celular e o computador desenvolvendo uma visão de mundo diferenciada, na qual a passividade e linearidade é no mínimo incômoda.

Nesse contexto da cibercultura percebemos que a informação passa a vir de diversos lugares e não de um único ponto de forma estática, isso ocasiona um movimento na dinâmica de construção do conhecimento, pois deslocam-se os papéis de receptor e emissor num fluxo contínuo e multidirecional em que todos trazem um conhecimento específico e que juntos, com a troca desses conhecimentos e não com a mera soma,

enriquecem, modificam e oportunizam a construção de novos conhecimentos e saberes, dessa vez, construídos conjuntamente de forma participativa, cooperativa e colaborativa.

Assim a lógica de rede é criada trazendo o pressuposto que cada ponto que a forma é ao mesmo tempo receptor e transmissor de informação contribuindo para o que Lévy (1998, pag. 28) chama de inteligência coletiva, “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Nessa dinâmica, cada sujeito ou cada nó, contribui de forma significativa para o crescimento, fortalecimento e enriquecimento de todo o grupo.

O processo de produção e socialização do conhecimento, é apresentado como um "saber-fluxo" em que “os percursos e perfis de competências são todos singulares e podem cada vez menos ser canalizados em programas ou cursos válidos para todos” (LÉVY, 1999, pag. 158). Nessa perspectiva as possibilidades e potencialidades para o ensino-aprendizagem são ampliadas, mas juntamente com essa ampliação trazem a necessidade de novas formas de ler, escrever, pensar, aprender e ensinar. Necessitam de novas educações nas quais segundo Bonilla e Assis (2005), o professor deixa de ser aquele que apenas ensina e o aluno aquele que apenas aprende, para constituírem-se em sujeitos de aprendizagens. Isso significa dizer que o processo pedagógico deixa de ter um centro fixo, pois ora destaca-se um ora destaca-se outro.

A educação a distância sempre foi marcada pelas tecnologias e a incorporação delas, não só na EAD como também na presencial, pode beneficiar a flexibilidade, interação, participação e colaboração. Com a internet as potencialidades são atenuadas pela rápida emissão e distribuição de conteúdos, bem como à flexibilidade do tempo e à quebra de barreiras espaciais. Hoje os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) são comuns e proporcionam uma mudança na relação professor-aluno. Mudanças essas

marcadas principalmente pela maior proximidade dos sujeitos mesmo a distância e do prolongamento tempo e espaço das discussões, favorecendo a riqueza do aprender junto, coletivamente e colaborativamente.

Esses ambientes tornam-se cada vez mais utilizados devido a propiciarem o gerenciamento de cursos e permitirem a disponibilização de conteúdos com diferentes tipos de interação entre pares por meio dos seus recursos de comunicação (síncronos - tempo presente, e assíncronos – tempo posterior) como os fóruns e os chat.

Os AVA possibilitam que as informações e conhecimentos sejam socializados e construídos de forma hipertextual e hipermediática. São muitos os ambientes virtuais de aprendizagem, mas cada um tem características próprias; os mais comumente utilizados são o Moodle, o Teleduc e o E-proinfo. Uma característica marcante nesses citados são o fato do código-fontes deles serem aberto.

Nessa perspectiva, surge a discussão em torno dos softwares livres, que são programas que trazem junto a eles quatro filosofias de liberdades para o usuário. Essas liberdades são para executar, estudar, modificar e redistribuir com ou sem alteração os softwares, para isso os código-fontes são abertos possibilitando a customização por parte do usuário. A possibilidade de acesso aos código-fontes está intimamente associada a inúmeras possibilidades, tanto de independência de fornecedores centralizados que dominam o mercado, quanto na ampliação de uma rede de produção colaborativa, dimensão fundamental para a educação.

Devido a todas essas possibilidades, a incorporação das TIC não pode ser vista de forma meramente instrumental, auxiliares do processo pedagógico, caráter que destaca-se nas políticas e limitam as potencialidades agregadas a utilização delas. Assim elas precisam ser compreendidas como estruturantes do processo de transformações que estamos vivenciando (PRETTO, 2007).

Necessidades e pressupostos políticos

Numa demanda sem precedentes tanto pela educação básica quanto pela formação continuada a EAD é cada vez mais vista pelo seu caráter flexivo como possibilidade para atender essa demanda, pois possui meios de abranger um maior número de pessoas em menor tempo, as qualificações em serviço na modalidade a distância são exemplo disso. A incorporação das TIC na EAD são cada vez mais necessárias devido as potencialidades que lhe são inerentes, apresentando-se, inclusive como uma estratégia para elevar o padrão de qualidade dessa modalidade, assim como democratizar ainda mais a oferta. Nessa perspectiva o acesso a tecnologia é ponto fundamental para se pensar numa formação plena do cidadão e conseqüentemente numa transformação da sociedade.

Assim os desafios são muito, inclusive em índices de acesso. No Brasil, de acordo com o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e uso da Internet no Brasil, as estatísticas de 2006 sobre a proporção de pessoas que já acessaram a internet é desanimadora. Cerca de 66,68% da população nunca acessaram a internet (ver gráfico 1). Esse dado só é animador se comparado ao ano anterior, 2005 (ver gráfico 2), que traz o percentual de 67,76% e mesmo assim não são tão animadores, haja vista só ter diminuído 1,08%.

Dos índices de 2006, cerca de 77,59% das pessoas que nunca acessaram são do nordeste (ver gráfico 3). Observando os dados de 2006, por classe social, é notório a disparidade, sendo dominante o acesso na classe A com 95,08%, na classe B com 72,29%, na C com 38,85% e na D e E com 12,23% (ver gráfico 4), o que evidencia que mesmo esses dados estando, nos últimos anos, em constante crescimento,

permanecem na lógica desigual de concentração. Nesse sentido, Pretto e Serpa afirmam que

[...] o abismo entre os conectados e os não conectados é ainda muito grande e tende a aumentar se nada for feito no sentido de diminuir as disparidades sociais. Esse abismo coloca em evidência uma das grandes preocupações desse momento histórico: o aparecimento da chamada infoexclusão (PRETTO E SERPA apud BONILLA, 2005, pag. 27).

Esses dados além das discrepâncias sociais, nos fazem constatar a dificuldade que será implantar a educação a distância nos pressupostos das potencialidades da internet, pois o índice de pessoas sem a escolarização básica é predominante nas classes D e E (81% segundo o Instituto Montenegro, apud Universia). Assim políticas de inclusão como qualquer outra política pública deve ser desencadeada e fomentada na perspectiva de integração com diferentes áreas do conhecimento. Segundo Rifkin,

A noção de acesso e de redes, entretanto está se tornando cada vez mais importante e começando a redefinir nossa dinâmica social de uma forma tão poderosa quanto a redefinição da idéia de propriedade e de mercados às vésperas da era moderna. Até recentemente, a palavra acesso era ouvida apenas ocasionalmente e, geralmente, restringia-se a questões de ingresso em espaço-físico. [...] Agora, acessar é um dos termos mais usados na vida social. Quando as pessoas ouvem a palavra acessar, provavelmente pensam na abertura para mundos totalmente novos de possibilidades e oportunidades (RIFKIN, 2001, pag 12).

Temos várias políticas de inclusão que visa propiciar as pessoas o acesso a internet como os pontos os pontos de cultura. Segundo dados do IBGE na Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2006, "52,9% dos Municípios do Brasil informou ter planos ou políticas de inclusão digital com a criação de telecentros e a promoção do acesso à internet". Quando nos aprofundamos nos dados estatísticos percebemos mais uma vez a desigualdade entre as regiões, tendo o Sul um índice de 59,4%, o Sudeste de 57,9% e Centro-Oeste de 52,6%, o Nordeste de 48,4% e o Norte de 35,6% (ver gráfico 5).

A distância hoje não é principalmente a geográfica, mas a econômica (ricos e pobres), a cultural (acesso efetivo pela educação continuada), a ideológica (diferentes formas de pensar e sentir) e a tecnológica (acesso e domínio ou não das tecnologias de comunicação). Uma das expressões claras de democratização digital se manifesta na possibilidade de acesso à Internet e em dominar o instrumental teórico para explorar todas as suas potencialidades (MORAN, 2007, pag. 1).

Implementar políticas públicas que favoreçam a aquisição de equipamentos e acesso a internet é de vital importância para uma sociedade na era da informação, porém elas sozinhas não são suficientes para proporcionar a formação plena do cidadão. Isso só será possível, à medida que o país elabore fortes políticas de universalização do acesso tendo em vista a articulação das diferentes áreas do conhecimento para potencializar o desenvolvimento de cidadãos com capacidade criativa e analítica para participarem de forma ativa no seu contexto social, criando, construindo e transformando. Para isso, as políticas públicas vigentes devem demandar ações mais amplas e concretas (PRETTO, 2007).

Considerações Finais

A preocupação com a disseminação e a democratização do acesso à educação para atender ao grande contingente de educandos demandados pelas transformações societárias, principalmente econômicas, evidenciou cada vez mais a importância da educação. A formação continuada torna-se necessária e sua grande busca evidencia ainda mais os problemas de acesso a educação que mal dá conta de alfabetizar a população.

Nesse contexto, a educação a distância emerge como a maior possibilidade para suprir essa demanda crescente. Atenuada pela possibilidade de vencer barreiras geográficas ela passa a ser vista como a solução dos problemas. Essa visão é perfeitamente possível quando leva em consideração as potencialidades das TIC agregadas a educação, porém empreender a essa modalidade a tarefa de resolver problemas que são históricos como o de universalização do sistema básico de ensino, do superior e da educação continuada, é uma visão sonhadora, pois não levam em consideração as barreiras socioculturais existentes no nosso país e de que as mudanças não ocorrem de uma hora pra outra, mas são construídas ao longo de um processo.

Sem pretender esgotar as discussões sobre a educação, visto que elas são essenciais inclusive para a formulação e reestruturação de políticas vigentes, podemos notar que a educação a distância está caminhando para uma consolidação na sociedade. Ela não é mais uma atividade a parte do sistema educacional, agora ela é uma modalidade que mesmo tendo sua legislação formulada de forma tardia encontra-se regulamentada e representada por órgãos específicos.

O percurso histórico da EAD foi inegavelmente intrínseco com as tecnologias de informação e comunicação. E com essa ligação diferentes momentos foram vivenciados,

começando pela correspondência passando pelo rádio, TV, satélite e agora internet. Essas mudanças tecnológicas ocorridas aos longos dos anos ampliaram as possibilidades e potencialidades para essa modalidade de ensino oportunizando processos mais flexivos.

Com o advento da internet presenciamos o rompimento de barreiras que limitavam a educação a distância, como a interatividade. Hoje temos tecnologias desenvolvidas para a própria educação como os ambientes virtuais de aprendizagens que propiciam momentos síncronos e assíncronos de discussão evidenciando ainda mais o rompimento das barreiras de tempo e espaço.

Mesmo assim presenciamos dificuldades e empecilhos para a proliferação dessa modalidade de ensino que dizem respeito a própria tecnologia, como a questão de acesso. Mas esses problemas também são acentuados pela falta de políticas públicas eficazes. Segundo Bonilla

A mobilização, articulação e ações desencadeadas por governos, escolas e professores para a implementação das tecnologias na educação evidenciam que os processos de transformação das práticas pedagógicas não dependem apenas das potencialidades das TIC. São fortemente dependentes de vontade e ação política (BONILLA, 2005, pag. 179).

Assim, repensar na forma como são concebidas essas políticas é essencial para tentarmos superar os problemas que evidenciam-se nos diversos setores.

Com as modificações presenciadas na sociedade percebemos uma política ditada pelos órgãos internacionais como o Banco Mundial que definem as normas e funcionamentos de todas as esferas. Um dos grandes desafios contemporâneos é conseguir superar essa visão meramente econômica para investir de fato na formação dos indivíduos.

Nesse contexto a formação de professores chama atenção. As políticas que vêm sendo

implementadas priorizam a formação aligeirada de baixos custo que não preparam os professores para as diversidades. Os professores precisam passar por um processo de formação, que propiciem a compreensão do contexto em que estão inseridos. São eles os multiplicadores e fomentadores de educação e essa visão meramente certificadora interfere na qualidade educacional.

Outro aspecto que deve ser superado na formação de professores diz respeito a articulação das tecnologias. As TIC trazem no seu bojo a possibilidade de transformação da educação e conseqüentemente da sociedade, no entanto essa potencialidade fica limitada devido ao caráter meramente instrumental que são apregoados a elas. É preciso superar essa visão para que de fato as TIC possam ser utilizadas com todo o seu potencial para promover uma educação de qualidade e não mera repetição do que já existe. A formação deve ter como perspectiva a preparação de cidadãos plenos para a interação com o universo da informação e da comunicação, sem um modelo que reduz tudo ao mesmo

A articulação das políticas públicas nas diferentes áreas como a educação, comunicações, ciência e tecnologia e cultura se mostra necessária para tentar superar problemas existentes em todos os âmbitos da sociedade, inclusive nas próprias políticas. Com essa articulação, que aconteceria no sentido de juntar forças, as ações desencadeadas seriam fortalecidas e possibilitariam ações mais amplas e menos fragmentadas.

Enfim, os desafios das políticas públicas brasileira para a educação a distância são muitos, porém são perfeitamente possíveis de serem enfrentados e superados, desde que haja força e vontade política para isso.

Bibliografia

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, jan./jun. 2002.

Disponível em http://64.233.169.104/search?q=cache:IP_aXAIFDWwJ:www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656.pdf+fonseca+banco+mundial&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br&client=firefox-a.

Acesso em setembro de 2007.

ALONSO, Katia Morosov. **Educação a Distância no Brasil: a busca de identidade**.

Disponível em www.nead.ufmt.br/documentos/ldent.doc. Acesso em 15 de março de 2007.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo**. Acesso em 20 de maio de 2007.

BARRETO, Lina Sandra. Educação a Distância: perspectiva histórica. **Revista Estudos nº 26**. Atualizada em 11 de agosto de 2006. Disponível em <http://www.abmes.org.br/Publicacoes/Estudos/26/lina.htm>. Acesso em 12 de março de 2007.

BARRETO, Raquel Goulart (org.). PRETTO, Nelson L. Et al. **Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2ª ed. 2003.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola Aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso

em 24 de maio de 2007.

Brasil. Ministério da Educação (MEC). **Secretaria de Educação à Distância** – Seed. Portal, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed>. Acesso em 23 de maio de 2007.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO nº. 1.917 de 27 de maio de 1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/1996/D1917.htm>. Acesso em 23 de agosto de 2007.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9610.htm> . Acesso em 23 de abril de 2007.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº. 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em 25 de maio de 2007.

CHAVES, Eduardo. **Tecnologia na educação, ensino a distância e aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação básica**. Disponível em <http://www.chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/EAD.htm>. Acesso em 20 de julho de 2007.

CHAVES, Eduardo. **Ensino a distância: conceitos básicos**. Atualizado em 19/02/1999. Disponível em <http://edutec.net/Tecnologia%20e%20Educacao/edconc.htm>. Acesso em 15 de agosto de 2007.

FREIRE, Paulo. NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis:Editora Vozes, 8ª edição, 2005.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Carlos I. da Costa (trad.). São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Maria de Fátima Monte. HETKOWSKI, Tânia Maria. **Política educacional, globalização e educação a distância**. Disponível em <http://www.unoescjba.rct-sc.br/~hetk/publicacoes/arquivos/txt01.PDF> . Acesso em 20 de maio de 2007.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. **Educação a Distância: regulamentação e realização**. Disponível em <http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/282/boltec282e.htm>. Acesso em 25 de maio de 2007.

Mais de 50% dos municípios têm políticas de inclusão digital, diz IBGE. Disponível em http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=1.02.01.00.00&num=11497&tp=clips&ver=por. Acesso em 15 de novembro de 2007.

MORAN, José Manuel. **O que é educação a distância**. Disponível em www.tvebrasil.com.br/salto/distancia/default.htm. Acesso em 25 de maio de 2007.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. O desafio contemporâneo da educação a distância. **In: Educação a Distância – INEP. Em Aberto**. Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

PEREIRA, Júlia Nelly dos Santos. **Educação a distância no Brasil**. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ96b.htm>. Acesso em 16 de junho de 2007.

PERRONE, Jorge Luiz Falcão. **Proposta de um ambiente de educação a distância**. Disponível em www.abed.org.br/nordeste/download/perrone.pdf. Acesso em 15 de abril de 2007.

PRETI, Oreste. (org.) **Educação a Distância: inícios e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD/IE – UFMT, 1996.

PRETTO, Nelson De Luca. O futuro da escola. Entrevista realizada por Ana Marcia Lagoa em 28/11/1999. **Revista Emprego e educação para o trabalho**. Disponível em <http://www2.ufba.br/~pretto/textos/jb281199.htm>. Acesso em 25 de julho de 2007.

PRETTO, Nelson De Luca. SBPC e políticas educacionais. **Jornal da ciência**. JC e-mail 2532, de 26 de Maio de 2004. Disponível em <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=18808>. Acesso em 10 de outubro de 2007.

PRETTO, Nelson De Luca. BONILLA, Maria H. S. ET AL. **Tecnologia e novas educações**. Salvador: EDUFBA, 2005.

RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia**. Trad. Maria Lucia G. L. Rosa. São Paulo: Makron Books, 2001.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no brasil: lições da história. In: **Educação a Distância – INEP. Em Aberto**. Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

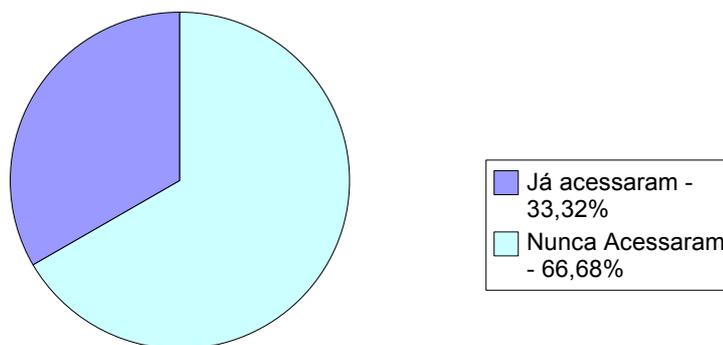
TIC domicílios e usuários. Disponível em <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2005/rel-int-04.htm>. Acesso em 15 de novembro de 2007.

Wikipédia – Educação a distância. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_a_dist%C3%A2ncia. Acesso em 15 de abril de 2007.

Apêndice

Gráfico 1

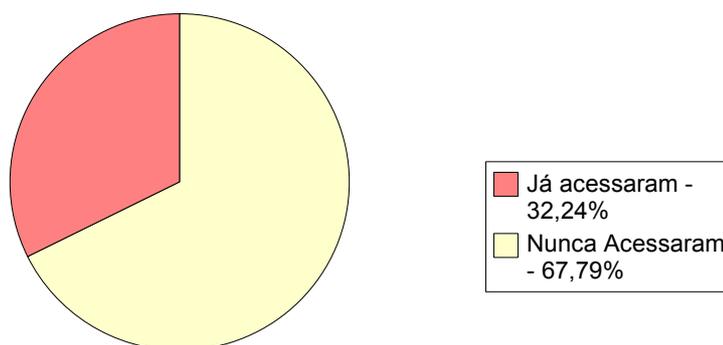
Acesso a internet 2006



cetic.br

Gráfico 2

Acesso a internet 2005



cetic.br

Gráfico 3

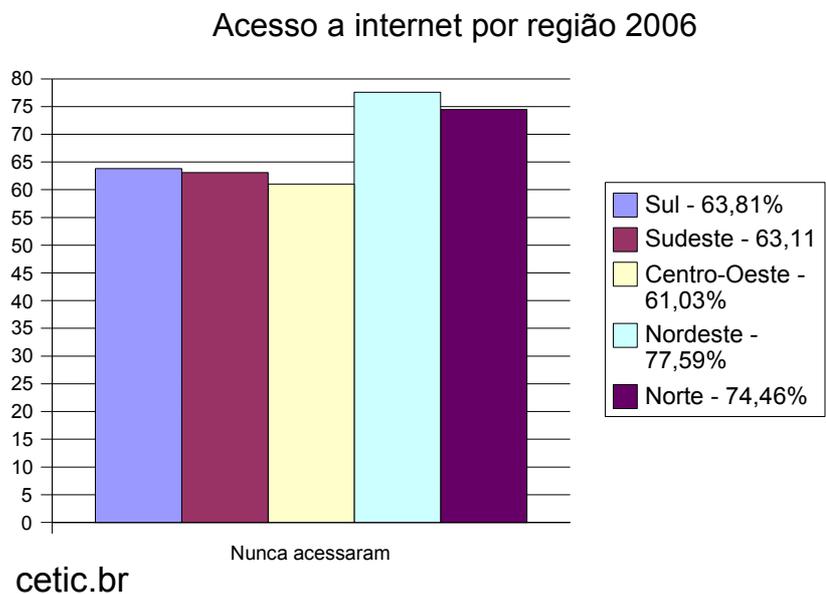


Gráfico 4

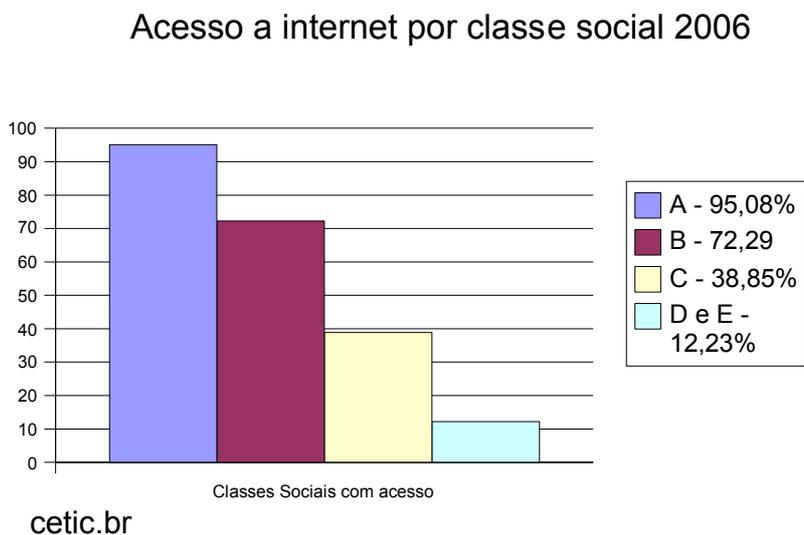


Gráfico 5

Municípios por região que informaram ter planos ou políticas de inclusão digital com a criação de telecentros e a promoção do acesso a internet

